



SGD: 2026/27009/121652

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

| QUADRO DE INFORMAÇÕES | |
|-----------------------------|--|
| MODALIDADE/Nº: | Pregão Eletrônico nº 90008/2026 |
| TIPO: | Menor Preço por Item |
| REGISTRO DE PREÇOS: | (X) Sim () Não |
| MODO DE DISPUTA: | (X) Aberto () Aberto e Fechado () Fechado e Aberto |
| SITE: | www.gov.br/compras |
| ÓRGÃO REQUISITANTE: | Secretaria da Educação |
| DATA/HORÁRIO: | 01/06/2026 às 09h (Horário de Brasília) |
| UASG: | 926164 |
| PREGOEIRA DESIGNADA: | Marciléia Rodrigues de Souza Carvalho |
| TELEFONE: | (63) 3027-3716 |
| E-MAIL: | diretoriadelicitacao@seduc.to.gov.br |

PREÂMBULO

A **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da Superintendência de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a realização licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o definido no **Quadro de Informações** deste Edital. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelas condições estabelecidas no presente Edital, e será conduzido pela Pregoeira e respectiva Equipe de Apoio, designados pelo Secretário da Educação, através da Portaria-Seduc nº 907, de 21 de maio de 2025.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

O Aviso de intenção de Registro de Preços foi publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 7.000, página 34, conforme fl. 171 dos autos. Não havendo nenhuma manifestação de interesse por parte de outros órgãos da administração em participar do certame.

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Anexos, Almoxarifado, as Superintendências Regionais de Educação e os Jogos Desportivos realizados nas Unidades Escolares, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



1.2. A licitação será realizada por itens conforme tabela constante no Anexo I do Edital, elaborada a partir das disposições do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por itens, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes no Edital e seus anexos, deverão ser consideradas as do Termo de Referência deste Edital.

1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Tabela de Especificação do Objeto;

Anexo II: Termo de Referência;

Anexo III: Ata de Registro de Preços;

Anexo IV: Declaração de Ciência;

Anexo V: Modelo de Proposta de Preços Readequada;

Anexo VI: Minuta de Contrato.

2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site estabelecido no quadro de informações.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.4. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Superintendência de Licitação, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.6. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer licitação, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

2.7. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.8. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira–ICP-Brasil.

2.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto ao só órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.10. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **1, 2, 3 e 4**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.9. Não poderão participar desta licitação:

3.9.1. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.6.1. O impedimento de que trata o subitem 3.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da



sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.9.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9.15. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto nº 6.606/2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.9.16. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.9.17. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.9.18. Que estejam sob falência ou insolvência civil e dissolução de sociedade.

3.9.19. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9.20. A vedação de que trata o subitem 3.9.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário



ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10.21. Os profissionais organizados sob a forma de consórcio.

3.10.22. Empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou de forma isolada;

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.2. A opção pelo não sigiloso ou seja a divulgação do preço na “Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Anexos, Almoxarifado, as Superintendências Regionais de Educação e os Jogos Desportivos realizados nas Unidades Escolares”, decorre do caráter usual e padronizado dos itens, amplamente ofertados no mercado. Tal medida não afeta a competitividade do certame e contribui para a transparência do processo, favorecendo a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração, destinadas ao atendimento de alunos, professores e servidores nos eventos desportivos, culturais e pedagógicos do calendário escolar desta Secretaria. (Justificativa conforme Termo de Referência).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.



5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 6.606/2023 e no art. 155, inciso VIII na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto

5.12. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 10.10.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e valor total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Modelo/Versão;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações do objeto proposto em atendimento as especificações do Termo de Referência.

6.1.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.11. A Pregoeira poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.
- 6.12. Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, a Pregoeira realizará o arredondamento “para menos”.
- 6.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, **exceto quando se referirem a produtos de propriedade/fabricação do licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.14. Após o recebimento das propostas, a Pregoeira poderá encaminhá-las ao setor técnico/requisitante para análise e manifestação acerca da adequação dessas com as especificações e condições estipuladas no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Da abertura da sessão

- 7.1.1. A partir da data e horário estipulado para início da sessão e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, que será aberta automaticamente pelo sistema, observado o modo de disputa adotado no quadro de informações do edital;
- 7.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 7.1.3. Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.
- 7.1.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- 7.1.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.1.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da



sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.1.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.1.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta se encontra no **Anexo II** deste Edital.

7.1.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

7.1.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no quadro de informações deste Edital.

7.1.11. A Pregoeira, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

7.1.12. Eventual exclusão de proposta do licitante pelo pregoeiro, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa;

7.1.13. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

7.1.14. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.1.15. O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema;

7.1.16. A verificação da conformidade da proposta será realizada, exclusivamente, na fase de julgamento e em relação à proposta mais bem classificada;

7.1.17. A desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7.2. Do modo de disputa

7.2.1. Poderão ser adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - ABERTO - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

II - ABERTO E FECHADO - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital, ou

III - FECHADO E ABERTO - serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentar a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os que apresentarem propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado;

7.2.2. Quando da opção por um dos modos de disputa estabelecidos nos incisos I a III do item 7.2.1., o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, o qual está definido no quadro de informação deste edital;



7.2.3. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

7.2.4. O modo de disputa e o intervalo de lances, quando for o caso, adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico será aquele definido no **QUADRO DE INFORMAÇÕES** e serão conduzidos de acordo com o rito estipulado abaixo;

7.3. Modo de Disputa Aberto

7.3.1. No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração dessa etapa;

7.3.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

7.3.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.3.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 7.2.3. deste;

7.3.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

7.3.5. Após o reinício previsto no item 7.3.4., os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

7.3.6. Encerrada a etapa de que trata o item 7.3.5., o sistema ordenará e divulgará os lances conforme estabelecido no item 7.2.3.

7.4. Modo de Disputa Aberto e Fechado

7.4.1. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

7.4.2. Encerrado o prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

7.4.3. Após a etapa de que trata o item 7.4.2. o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

7.4.4. No procedimento de que trata o item 7.4.3., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

7.4.5. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 7.4.4., os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

7.4.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.4.3. e 7.4.4., o sistema ordenará os lances em



ordem crescente de vantajosidade;

7.4.7. Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.4.6.

7.4.8. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

7.5. Modo de Disputa Fechado e Aberto

7.5.1. No modo de disputa **FECHADO E ABERTO**, de que trata o inciso III do item 7.2., somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado;

7.5.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.5.1., poderão os licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos;

7.5.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

7.5.4. Após o reinício previsto no item 7.5.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance;

7.5.5. Encerrada a etapa de que trata o 7.5.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 7.2.3. do edital.

7.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 118 do Decreto Estadual nº 6.606 de 2023, nesta ordem:

7.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;

7.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.7.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;

7.7.2. empresas brasileiras;

7.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;



7.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

7.9. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.9.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

7.9.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.10. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2023 e no subitem 3.9.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido na Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

8.1.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*):

8.3.1. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício aplicado, em conformidade com os itens 3.6. e 5.7. deste Edital.

8.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. Contiver vícios insanáveis;

8.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

8.12.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a



exequibilidade da proposta.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do material ou da área especializada no objeto.

8.15. O(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, nos termos do art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 20, inciso I do Decreto Estadual nº 6.606 de 2023, por meio do sistema eletrônico contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.16. Também nas hipóteses em que o(a) pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.17. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta, a sessão será suspensa, e o processo encaminhado ao órgão requisitante.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.23. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação apenas do licitante classificado, observado o disposto neste Edital.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entre linhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.1.3. Constar o prazo de validade da proposta, prazo de entrega dos materiais, observado as informações e exigências definidas no Termo de Referência;

9.1.4. A proposta deverá seguir os padrões do **modelo do anexo V** deste edital.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e



o valor global em algarismos e por extenso.

9.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital e seus anexos, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, especificamente nos sítios eletrônicos oficiais, após a homologação.

9.8. A Pregoeira verificará as propostas de preços desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.9. Nas operações ou prestações internas, relativas à aquisição de mercadorias ou serviços por órgão da administração pública estadual, suas autarquias e fundações, o licitante deverá apresentar sua proposta, deduzido o ICMS incidente na operação ou prestação, nos termos do Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006 alterado pelo Art. 2º Inciso LXXX de Decreto 4.222/10 (Convênio ICMS 23/03 e 88/10).

9.10. A Empresa (marca/fabricante) do produto cotado, informados no site Compras.gov.br estabelecido no quadro de informações deste Edital, deverão ser os mesmos indicados na proposta e a serem entregues, exceto quando for verificado a inaplicabilidade dos termos contratuais originários, comprovado tecnicamente o fato, conforme regulamenta o art. 124, inciso II, alínea “b” da Lei 14.133/21.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, combinados com o disposto neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, mediante solicitação da pregoeira, a respectiva documentação atualizada.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. A habilitação técnica das pessoas jurídicas reunidas em consórcio será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, consoante ao disposto nos requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste Edital e seus



anexos.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira/Comissão.

10.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.10, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Comissão, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 horas**, para;

10.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo



aqueles legalmente permitidos.

10.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.19. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

10.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 10.10. deste Edital.

10.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

Exigências de habilitação

10.23. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.24. Habilitação jurídica:

10.24.1. **Empresário individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.24.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.24.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.24.4. **Sociedade empresária estrangeira:** Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

10.24.5. **Sociedade simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.24.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



10.24.7. **Sociedade cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.26. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.26.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

10.26.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens)) ou Municipal (Prestação de Serviços) relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

10.26.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE, ou outra equivalente na forma da Lei, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.26.4. Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

10.26.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

10.26.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.26.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual e Municipal) que trata o item 10.22.3. relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.26.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, vez que, a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI exigido no subitem 10.24.2. deste Edital supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

10.26.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.27. Qualificação Econômico-Financeira

10.27.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.27.1.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.27.1.2. O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado:



- (a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e
- (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.27.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.27.3. Apresentar comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no TR e Edital.

10.27.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

| | |
|------|---|
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |
| SG = | Ativo Total |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |
| LC = | Ativo Circulante |
| | Passivo Circulante |

10.27.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de **2% (dois por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços;

10.27.6. As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de **2% (dois por cento)** do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

10.27.7. A apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, dos últimos 2 (dois) exercícios sociais já exigível que comprove a situação financeira da empresa por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED, ou registrado na Junta Comercial, conforme artigos 1.180, 1.184, § 2º, 1.181, 1.179 da Lei nº 10.406/2002 e Instrução Normativa nº 2.003 de 18 de janeiro de 2021 e em acordo as NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90), NBC T 2 e Resolução 563/83, contendo:

- a) Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário;
- b) Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário;
- c) Comprovação de índices;
- d) Termo de Autenticação.

10.27.7. O atendimento dos índices econômicos previstos no item 10.23.4. deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.28. Qualificação Técnica:

10.28.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.

10.28.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras



quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.28.3. Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

10.28.4. Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:

10.28.4.1 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

10.28.4.2 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 130 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, contendo contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e a motivação, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta a critério da Pregoeira, devidamente justificada, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Quando do provimento de recurso que leve à anulação de atos à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública;

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado;

12.1.3. Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não assinar a ata de registro de preços e não houver cadastro reserva e não retirar o instrumento equivalente, oportunizando a convocação dos remanescentes;

12.1.4. Quanto o licitante não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006.

12.2. Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.3. Todos os licitantes remanescentes serão convocados, de acordo com a fase do procedimento licitatório a ser reaberta, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata complementar.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação e homologação do presente certame são de responsabilidade da autoridade superior, em consonância ao art. 71 da Lei 14.133/2021.

13.2. O ato de adjudicar e homologar o certame enseja não apenas atribuir-lhe eficácia e aprovação, mas também, reconhecer a legalidade dos procedimentos ali realizados, ratificando-os em todo o processo, desde a autorização para licitar.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



15.4.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o aceite/retirada da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico com certificação digital, para que seja assinado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.4.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

15.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

15.6.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.7. A rescisão administrativa do contrato de fornecimento por ato unilateral da Contratante obedecerá a disposto no artigo 139 da Lei 14.133/2021.

15.8. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.8.1. Referida Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

15.8.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.8.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece as consequências previstas no artigo 139 da mesma Lei.

15.9. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital e seus anexos, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.10. Decorrido o prazo de validade da proposta, indicado no Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.11. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.12. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma/prazos de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.13. A SEDUC poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.14. Nos termos do art. 11, §2º da Lei nº 14.133/2021 e da Lei 14.063/2020, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



15.15. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.15.1. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.15.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.16. Fiscalização Técnica

15.16. 1. Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II);

15.16.2. Atributos do fiscal técnico:

15.16.2.1. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada, determinando prazo para a sua regularização;
- d) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência;
- e) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas;
- f) Fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas, conferindo as notas fiscais e a documentação exigida para o pagamento e, após o atesto, encaminhá-las ao gestor do contrato para ratificação;
- g) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, visando à eventual prorrogação, quando cabível;
- h) Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato nos termos do Decreto Estadual 6.606/23;
- i) Auxiliar o gestor do contrato na elaboração do documento comprobatório da avaliação do cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

15.17. Fiscalização Administrativa

15.17.1. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).**

15.17.2. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais,



do substituto, em especial:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;
- b) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;
- d) Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23; e,
- f) Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 e art. 32 do Decreto Estadual 6.606/23.

15.18. Gestor do Contrato

15.18.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

15.18.2. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26);

15.18.3. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.
- b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- d) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública;
- e) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23;



- f) Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;
- g) Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais;
- h) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;
- i) Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30);

16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão devidamente fundamentada.

16.2. A prorrogação da vigência não ocorrerá de forma automática, devendo ser previamente analisada pela Administração quanto ao interesse público e à manutenção das condições mais vantajosas.

16.3. O Termo de Contrato poderá estabelecer regras complementares acerca da vigência e eventual prorrogação da contratação.

17. DA ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A Contratada fornecerá o produto de forma parcelada e mediante requisição do Gestor do Contrato, obedecendo aos prazos e às condições estabelecidas para entrega.

17.2. O prazo para entrega dos objetos será de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas a partir do recebimento da requisição emitida pelo Gestor do Contrato, devendo a entrega ocorrer nos locais indicados pela Administração

17.3. O Contratante reserva-se o direito de devolver, no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, do contrato e das regulamentações da ANP.

17.4. O transporte de todo o material será de inteira responsabilidade da Contratada.

17.5. Gás Liquefeito de Petróleo – recarga de botijão de gás de cozinha, com composição básica de propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13, deverá ser entregue nos seguintes locais:

| ITEM 01 | | |
|---|--|---------------------------|
| Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 na Secretaria e seus anexos. | | |
| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Praça dos GirassóisS/N, Plano DiretorNorte - Palmas/TOCEP: 77001-910 Telefone: (63) 3218-1400 | 60 |
| ALMOXARIFADO CENTRAL | Quadra 206 Norte, AV. NS 08, Quadra23, Lote 03- Palmas/TO CEP: 77065-600 Telefone: (63) 3218- 6109/3218-1412 | 36 |
| CAEE | Quadra 403 Sul, Rua NE 3, Lote 25,Plano Diretor Norte - | 14 |





| | Palmas/TO Telefone: (63) 3218-6118 | |
|--|--|---------------------------|
| Anexo I (Azulão) | Quadra 103 Sul, Rua SO 1, 8- Plano Diretor Sul, Palmas-TO, 77015-014 | 14 |
| MADRE BELEM – ANEXO III | Quadra 604 Sul Alameda 6, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77022038 | 14 |
| SEDE DOS CONSELHOS | Av. Lo 09, Lote 14ª Quadra ARSO 33 (307 Sul), Plano Diretor Sul Palmas –TO | 14 |
| ITEM 02 | | |
| Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 nas Superintendências regionais de educação por todo o Estado. | | |
| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA/TO | Av. dos Engenheiros, nº 337 – Jardim Paulista Araguaína/TO CEP: 77809-320 Telefone: (63)3411-5030. | 36 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS/TO | Rua Quintino Bocaiuva, nº 748, Setor Central – Araguatins/TO. CEP:77950-000 Telefone: (63)3474-4000. | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARRAIAS/TO | Praça Madre Anastásie, s/n, Centro – Arraias/TO CEP:77330-000. | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE COLINAS DO TOCANTINS/TO | Praça 07 de Setembro nº 1383, Centro – Colinas do Tocantins/TO CEP: 77760-000. Telefone: (63) 3476-7402 | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE DIANÓPOLIS/TO | Rua Padre Luso, s/n, Centro Dianópolis/TO CEP: 77300-000 Telefone: (63) 3952-2301. | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAÍ/TO | Av. JK, nº 2821, Setor Universitário Guarai/TO CEP: 77700-000 Telefone: (63) 3464-8002. | 12 |
| DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GURUPI/TO | Av. Mato Grosso, nº 1788, Setor Central Gurupi/ TO CEP: 77403-020 Telefone: (63) 3612-7200. | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS/TO | Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro Miracema do Tocantins/TO CEP: 77650-000 Telefone: (63) 3929-3003. | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS/TO | Av. Joaquim Teotônio Segurado Quadra 501 Sul, Conj.01, Lote 15. Plano Diretor Sul - Palmas/TO CEP: 77016-002. Telefone: (63) 3218-6141 | 36 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS/TO | Av. 7 de Setembro, s/n Centro - Paraíso do Tocantins/TO CEP:77600-000. Telefone: (63)3904- | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE DE PEDRO AFONSO/TO | Rua Constâncio Gomes, nº 329 Centro – Pedro Afonso/TO CEP: 77710-000. Telefone: (63) 3466-2413 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO NACIONAL/TO | Av. Luiz Leite Ribeiro, s/n, Setor Aeroporto Porto Nacional/TO. CEP: 77500-000. Telefone: (63) 3363-8100. | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE TOCANTINÓPOLIS/TO | Rua do Normal, nº 184, Centro – Tocantinópolis/TO CEP: 77900-000. Telefone: (63) 3471-7000 | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE TOCANTINÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 15 |
| JOGOS ESTADUAIS DE COLINAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 24 |





| | | |
|---|----------------------------|----|
| ARAGUAINA/TO | | |
| JOGOS ESTADUAIS DE GUARÁ/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE DIANÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 10 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUATINS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE MIRACEMA/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 06 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARRAIAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 06 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PORTO NACIONAL/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |

ITEM 03

Vasilhames 13 KG – Aquisição de Botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP). Especificação: botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP): material chapa aço. **Capacidade 13 kg.**

| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
|------------------------|--|---------------------------|
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Praça dos GirassóisS/N, Plano Diretor Norte - Palmas/TO CEP: 77001- 910 Telefone: (63) 3218-1400 | 20 |

TEM 04

Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha P45, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em **cilindro de 45kg**, para atender jogos escolares em Gurupi, Palmas, Tocantinópolis, Dianópolis, Paraíso, Pedro Afonso e Araguatins. Capacidade 45kg.

| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
|---|----------------------------|---------------------------|
| JOGOS ESTADUAIS DE GURUPI/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 14 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PALMAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 20 |
| JOGOS ESTADUAIS DE TOCANTINÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 05 |
| JOGOS ESTADUAIS DE DIANÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 04 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PARAÍSO/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PEDRO AFONSO/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUATINS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 05 |

18. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**18.1. Recebimento:**

a) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “a”, da **Lei nº 14.133/2021**

18.1.2. Definitivo:

18.1.2.1. Os prazos para recebimento definitivo serão de **7 dias úteis**, sendo que serão **7 dias** para o prazo de entrega contados da data recebimento da ordem de entrega/fornecimento pela contratada, e



2 dias em casos de possíveis bens rejeitados para troca.

18.1.2.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

18.1.3. Liquidação:

18.1.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

18.1.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.1.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.1.3.3.1. o prazo de validade;
- 18.1.3.3.2. a data da emissão;
- 18.1.3.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.1.3.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 18.1.3.3.5. o valor a pagar; e
- 18.1.3.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.1.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.1.3.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.1.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

18.1.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.1.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.1.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.1.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até



que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.1.4. Prazo de Pagamento:

18.1.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

18.1.5. Forma de Pagamento

18.1.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicados pelo contratado.

18.1.5.2. Serão consideradas data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.1.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19. GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

19.1. O prazo de garantia do objeto é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo de cada fornecimento, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável subsidiariamente às relações de fornecimento.

19.2. Caso o prazo de garantia legal ou contratual do produto fornecido seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a Contratada deverá assegurar a complementação da garantia pelo período restante, de modo a totalizar os **12 (doze) meses** previstos.

19.3. A garantia tem por finalidade assegurar que o Gás Liquefeito de Petróleo – GLP e, quando aplicável, os vasilhames fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, às normas de segurança e aos padrões de qualidade exigidos, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

19.4. Não há necessidade de assistência técnica periódica, considerando que o objeto da contratação consiste em fornecimento de bem de consumo comum, cuja utilização não demanda suporte técnico especializado.

19.5. Não há necessidade de manutenção preventiva ou rotineira, ficando a garantia limitada exclusivamente à substituição de produtos ou vasilhames que apresentem vício, defeito de fabricação, não conformidade com as especificações técnicas ou desconformidade com as normas de segurança aplicáveis.

19.6. Uma vez notificada por e-mail, a Contratada deverá realizar a retirada do produto ou vasilhame nas dependências da SEDUC-TO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Após a retirada, deverá proceder à substituição do objeto no mesmo prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da retirada.

19.7. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

19.8. Na hipótese de prorrogação, a Contratada deverá assegurar o fornecimento substitutivo equivalente, de especificação igual ou superior, garantindo a continuidade das atividades administrativas durante o período necessário à regularização.

19.9. A garantia abrangerá, quando aplicável, a substituição corretiva do produto ou vasilhame pela Contratada, em relação a vícios, defeitos de fabricação e/ou desconformidades, conforme indicado na proposta e aprovado pela SEDUC-TO, observada a logística definida pela Administração.

19.10. Todos os custos relacionados à retirada, substituição, transporte e redistribuição dos produtos cobertos pela garantia serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.



19.11 . A garantia legal ou contratual vinculada ao objeto possui vigência própria, podendo ultrapassar o período contratual. O descumprimento das condições previstas neste item, ainda que após o término da vigência do contrato, poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

20.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

20.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

20.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.6. fraudar a licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

20.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1 advertência;

20.2.2 multa;

20.2.3 impedimento de licitar e contratar e

20.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2 as peculiaridades do caso concreto;



- 20.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 20.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 20.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1 Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.4.2 Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2, 20.1.3 e 20.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2, 20.1.3 e 20.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.10. O procedimento para aplicação das sanções pelos seguintes motivos: não assinar a ata de registro de preços; não manter a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada serão de responsabilidade da Entidade promotora da licitação, conforme regulamento próprio.

20.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.12. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.



20.12.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20.13. Os procedimentos para aplicação das demais sanções serão de responsabilidade do órgão requisitante do objeto.

21. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

21.2. O Sistema de Registro de Preços será regido pelas normas e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 6.066/2023 e demais normas complementares aplicáveis.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

22.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração;

22.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

22.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

22.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

22.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

22.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

22.8. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e, também, na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

22.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, renovando-se os quantitativos registrados, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.



23. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23.1. Os preços classificados em primeiro lugar, serão registrados em ata própria e serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- 23.2. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços serão fixados em moeda corrente no país;
- 23.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento, pelo licitante vencedor, nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

- 24.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 24.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 24.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 24.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 24.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 24.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 24.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 24.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 24.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 24.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 24.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 24.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos deste Edital ou solicitar esclarecimento, por meio eletrônico, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo encaminhar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
- 25.2. A pregoeira, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **03 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração



do edital de licitação, do Termo de Referência e dos demais anexos.

25.3. Os pedidos de esclarecimentos, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras informações complementares deverão ser encaminhados **no e-mail disponível no quadro de informações**.

25.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela pregoeira nos autos do processo de licitação.

25.6. A peça de impugnação deverá conter, sob pena de rejeição, a exposição sucinta e clara do assunto, os fundamentos de Lei que alicerçam o pedido, como também, no mínimo, as seguintes informações de contato: telefone e e-mail.

25.7. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios, exceto quando, em nada, altere a formulação das propostas, observados os prazos legais de publicação.

25.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no [site www.portaldecompras.to.gov.br](http://www.portaldecompras.to.gov.br) e no sistema no qual ocorrerá o procedimento, dentro do prazo estabelecido no subitem 25.2. e vincularão os participantes e a Administração, ficando os licitantes cientes da obrigatoriedade de acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

| CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | FONTE | ELEMENTO DE DESPESA |
|----------------------------|--------------|---------------------|
| 27.010.12.122.1100.2209 | 500.1001.101 | 3.3.90.30 |
| | | 4.4.90.52 |
| 27.010.12.368.1156.2386 | 500.1001.101 | 3.3.90.30 |

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. A autoridade superior poderá revogar os procedimentos licitatórios por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anulá-los motivado por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

27.1.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

27.1.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

27.1.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

27.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.



- 27.3. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 27.4. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.
- 27.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão requisitante.
- 27.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos somente em dias de expediente normal.
- 27.7. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do órgão requisitante, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.8. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.
- 27.9. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, no Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 27.10. À Pregoeira ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar dos autos, desde a realização da sessão pública.
- 27.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das 08h às 12 h e das 14h às 18h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Palmas-TO, data da assinatura eletrônica.

Assinatura Digital
Marcus André Nogueira da Silva Júnior
Diretor de Licitações
ATO Nº 241 - NM.

Assinatura Digital
Júnia Kelly Álvares Tavares da Paixão
Superintendente de Licitações
ATO Nº 3.247 - NM.



ANEXO I

TABELA DE ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. A Tabela de Especificações que trata o presente Anexo foi elaborada em consonância ao disposto no Tópico 2 do Termo de Referência. Encontram-se detalhados na Tabela em questão, os Itens cuja participação é exclusiva às empresas enquadradas como ME/EPP, na forma da Lei Complementar 123/2006.
2. Conforme delineado no subitem 3.6 do Edital, para os itens **1, 2, 3 e 4**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
4. Aderente ao disposto no subitem 7.1.8 do Edital, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta se encontra **nessa tabela do Anexo I deste Edital**.

| Item | Qtd. | Und. | Especificações Técnicas do Objeto | Valor Unitário | Valor Total | Valor Lance |
|--------------|------|------|---|----------------|---------------|-------------|
| 01 | 152 | Unid | Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 na Secretaria e seus anexos. | R\$ 159,88 | R\$ 24.301,76 | R\$ 0,25 |
| 02 | 380 | Unid | Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 nas Superintendências regionais de educação por todo o Estado. | R\$ 159,88 | R\$ 60.754,40 | R\$ 0,25 |
| 03 | 20 | Unid | Vasilhames 13 KG - Botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP). Especificação: botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP): material chapa aço, tipo gás propano butano. Capacidade 13 kg. | R\$ 360,71 | R\$ 7.214,20 | R\$ 0,35 |
| 04 | 62 | Unid | Recarga de botijão de gás de cozinha P45, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em cilindro de 45kg, para atender jogos escolares em Gurupi, Palmas, Tocantinópolis, Dianópolis, Paraíso, Pedro Afonso e Araguatins. Capacidade 45kg. | R\$ 431,37 | R\$ 26.744,94 | R\$ 0,40 |
| TOTAL | | | R\$119.015,30 | | | |



**ANEXO II****TERMO DE REFERÊNCIA**

Art. 6º XXII Lei Federal 14.133/21 – Art. 70 Decreto Estadual 6.606/23.

Nº TR: 101/2026/GEPTN Nº SGD: 2026/27009/115137**Processo Administrativo nº: 2026/27000/000739****Sector Requisitante:** Diretoria Administrativa.**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Anexos, Almoxarifado, as Superintendências Regionais de Educação e os Jogos Desportivos realizados nas Unidades Escolares.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E ESTIMATIVA DE VALOR

| Item | Qtd. | Unid. | Especificações Técnicas do Objeto | Vr. Unit. | Vr. Total |
|--------------|------|-------|---|------------|---------------|
| 01 | 152 | Unid | Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 na Secretaria e seus anexos. | R\$ 159,88 | R\$ 24.301,76 |
| 02 | 380 | Unid | Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 nas Superintendências regionais de educação por todo o Estado. | R\$ 159,88 | R\$ 60.754,40 |
| 03 | 20 | Unid | Vasilhames 13 KG - Botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP). Especificação: botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP): material chapa aço, tipo gás propano butano. Capacidade 13 kg. | R\$ 360,71 | R\$ 7.214,20 |
| 04 | 62 | Unid | Recarga de botijão de gás de cozinha P45, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em cilindro de 45kg, para atender jogos escolares em Gurupi, Palmas, Tocantinópolis, Dianópolis, Paraíso, Pedro Afonso e Araguatins. Capacidade 45kg. | R\$ 431,37 | R\$ 26.744,94 |
| TOTAL | | | R\$ 119.015,30 | | |

2.1. O valor estimado para a referida despesa totalizará a quantia de **R\$ 119.015,30 (cento e dezenove mil e quinze reais e trinta centavos).**

2.2. A memória de cálculo do objeto foi realizada da seguinte forma:



(Qtd. De itens) x (valor unitário dos itens) = Valor Total dos itens.

2.3. Da Natureza do Objeto:

2.3.1. O objeto a ser licitado classifica-se como de natureza comum, tendo em vista que suas características, padrões de desempenho e qualidade, assim como os serviços e fornecimentos contínuos, decorrentes de necessidades permanentes ou de caráter prolongado, podem ser definidos de forma objetiva no edital, por meio de especificações correntes, amplamente adotadas e reconhecidas no mercado.

2.4. Do não Valor sigiloso

2.4.1. A opção pelo não sigiloso, ou seja, a divulgação do preço na “**Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Anexos, Almoxarifado, as Superintendências Regionais de Educação e os Jogos Desportivos realizados nas Unidades Escolares,**” decorre do caráter usual e padronizado dos itens, amplamente ofertados no mercado. Tal medida não afeta a competitividade do certame e contribui para a transparência do processo, favorecendo a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração, destinadas ao atendimento de alunos, professores e servidores nos eventos desportivos, culturais e pedagógicos do calendário escolar desta Secretaria.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente aquisição tem como objetivo garantir o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame, visando atender às necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), seus Anexos, Almoxarifado, Superintendências Regionais de Educação e os Jogos Desportivos realizados nas Unidades Escolares.

3.2 O gás de cozinha é um tipo de gás combustível usado principalmente para cozinhar em residências e em algumas aplicações comerciais. No Brasil, o gás de cozinha mais comum é o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), conhecido popularmente como “gás de botijão”. O GLP é uma mistura de gases, principalmente propano e butano, que são armazenados em estado líquido sob pressão em recipientes portáteis, como botijões, e convertidos em gás quando liberados para uso.

3.3 Ademais, a utilização do gás de cozinha destina-se também ao preparo de café e chás, utilizados diariamente para o consumo dos servidores, alunos e visitantes. Nesse sentido, é imprescindível a autorização do pleito para garantir o bom desenvolvimento de todas as atividades executadas por esta Secretaria.

3.4 O instrumento contratual, decorrente deste objeto, entrará em vigor na data de sua publicação e terá duração pelo período de até 12 (doze) meses, podendo haver alteração conforme a necessidade da gestão, com caráter de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

3.5 O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, sendo regido pelo Sistema de Registro de Preços.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A solução proposta consiste na contratação para o fornecimento regular de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, por meio de recargas de botijões dos tipos P13 e P45, bem como, quando necessário, a reposição de vasilhames, visando atender às demandas das unidades administrativas centrais da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins – SEDUC, das Superintendências Regionais de Educação, das unidades escolares e dos eventos institucionais, incluindo os Jogos Escolares realizados no âmbito da rede estadual de ensino.



4.2 A adoção dessa solução mostra-se a mais adequada por possibilitar o atendimento escalonado e contínuo das demandas, a padronização da qualidade do produto fornecido e a otimização dos recursos públicos, mediante ganhos de escala e racionalização logística. Trata-se de demanda permanente e recorrente, de natureza continuada, decorrente da necessidade ininterrupta de abastecimento para a execução das atividades finalísticas da Pasta.

4.3 A opção pelo regime de contratação continuada fundamenta-se no caráter permanente da necessidade, na previsibilidade do consumo e na vantagem operacional da centralização das aquisições, assegurando o abastecimento regular sem interrupções. Ademais, o modelo adotado possibilita maior controle da distribuição e do consumo, permitindo ajustes tempestivos conforme as variações da demanda de cada unidade atendida.

4.4 A contratação encontra respaldo legal nos arts. 62 e 106 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público. A execução ocorrerá conforme cronograma de entregas alinhado às necessidades reais das unidades demandantes, com acompanhamento e monitoramento contínuos, de modo a permitir ajustes ao longo da vigência contratual.

4.5 Dessa forma, a solução proposta não se limita à simples aquisição de insumos, mas consolida um modelo de gestão estratégica de recursos, alinhado às boas práticas da Administração Pública e comprometido com a continuidade das atividades pedagógicas, administrativas e institucionais da rede estadual de ensino, reforçando o compromisso da SEDUC com a eficiência administrativa e a adequada prestação dos serviços educacionais à população tocaninense.

4.6. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação é considerado comum e de baixa complexidade, podendo ser executado por empresas individualmente, sem prejuízo à competitividade do certame.

5. GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 O prazo de garantia do objeto é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo de cada fornecimento, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável subsidiariamente às relações de fornecimento.

5.2 Caso o prazo de garantia legal ou contratual do produto fornecido seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a Contratada deverá assegurar a complementação da garantia pelo período restante, de modo a totalizar os **12 (doze) meses** previstos.

5.3 A garantia tem por finalidade assegurar que o Gás Liquefeito de Petróleo – GLP e, quando aplicável, os vasilhames fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, às normas de segurança e aos padrões de qualidade exigidos, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

5.4 Não há necessidade de assistência técnica periódica, considerando que o objeto da contratação consiste em fornecimento de bem de consumo comum, cuja utilização não demanda suporte técnico especializado.

5.5 Não há necessidade de manutenção preventiva ou rotineira, ficando a garantia limitada exclusivamente à substituição de produtos ou vasilhames que apresentem vício, defeito de fabricação, não conformidade com as especificações técnicas ou desconformidade com as normas de segurança aplicáveis.

5.6 Uma vez notificada por e-mail, a Contratada deverá realizar a retirada do produto ou vasilhame nas dependências da SEDUC-TO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Após a retirada, deverá proceder à substituição do objeto no mesmo prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da retirada.

5.7 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período,



mediante solicitação formal e devidamente justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

5.8 Na hipótese de prorrogação, a Contratada deverá assegurar o fornecimento substitutivo equivalente, de especificação igual ou superior, garantindo a continuidade das atividades administrativas durante o período necessário à regularização.

5.9 A garantia abrangerá, quando aplicável, a substituição corretiva do produto ou vasilhame pela Contratada, em relação a vícios, defeitos de fabricação e/ou desconformidades, conforme indicado na proposta e aprovado pela SEDUC-TO, observada a logística definida pela Administração.

5.10 Todos os custos relacionados à retirada, substituição, transporte e redistribuição dos produtos cobertos pela garantia serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.11 A garantia legal ou contratual vinculada ao objeto possui vigência própria, podendo ultrapassar o período contratual. O descumprimento das condições previstas neste item, ainda que após o término da vigência do contrato, poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a SEDUC poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 O acompanhamento do contrato terá como objetivo avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no Termo de Referência, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa, nos termos do art. 26, inciso II, do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

6.7 Atributos do fiscal técnico:

6.7.1 Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;



- c) Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- d) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas;
- f) Fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas, de modo a garantir os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento e, após o atesto, encaminhar ao gestor do contrato, para ratificação;
- g) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual ;
- h) Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto;
- i) Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual nº 6.606/2023, (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

6.8 Critérios de Sustentabilidade e Impactos Ambientais: A presente contratação observa critérios de sustentabilidade, contemplando não apenas a identificação dos impactos ambientais decorrentes do objeto, mas também a definição de práticas a serem adotadas pela contratada, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2024.

6.9 Emissões de gases de efeito estufa: a utilização de GLP implica a emissão de dióxido de carbono (CO₂) e óxido nitroso (N₂O), contribuindo para o aquecimento global e mudanças climáticas;

6.10 Poluição do ar interno: a combustão do GLP em ambientes fechados pode gerar poluentes, como monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NOx) e material particulado, impactando a qualidade do ar;

6.11 Risco de vazamentos e explosões: falhas técnicas, inadequações nas instalações ou uso incorreto podem ocasionar vazamentos, com risco de acidentes graves;

6.12. Dependência de combustível fóssil: o GLP é derivado do petróleo, recurso não renovável, cuja utilização contribui para a emissão de gases de efeito estufa;

6.13 Descarte inadequado de botijões: o manejo incorreto pode gerar contaminação ambiental, especialmente do solo e recursos hídricos;

6.14 Riscos no manuseio: o uso inadequado pode ocasionar acidentes, como queimaduras, intoxicações ou explosões.

6.15 Práticas Sustentáveis e Medidas de Mitigação (a serem adotadas/exigidas da contratada)

6.16.1 Fornecimento responsável: a contratada deverá assegurar que o fornecimento de GLP observe as normas ambientais e de segurança vigentes, incluindo a rastreabilidade dos botijões e a procedência regular do produto;

6.16.2 Logística reversa e destinação adequada: a contratada deverá realizar o recolhimento, substituição e destinação ambientalmente adequada dos botijões, em conformidade com a legislação aplicável, evitando descarte irregular;



6.16.3 Segurança no transporte e armazenamento: garantir que o transporte, armazenamento e entrega dos botijões sejam realizados conforme normas técnicas, reduzindo riscos de vazamentos, acidentes e impactos ambientais;

6.16.4 Eficiência energética: promover, quando aplicável, orientações quanto ao uso eficiente do GLP, incentivando a adoção de equipamentos mais econômicos e práticas de consumo consciente;

7. ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A Contratada fornecerá o produto de forma parcelada e mediante requisição do Gestor do Contrato, obedecendo aos prazos e às condições estabelecidas para entrega.

7.2 O prazo para entrega dos objetos será de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas a partir do recebimento da requisição emitida pelo Gestor do Contrato, devendo a entrega ocorrer nos locais indicados pela Administração.

7.3 O Contratante reserva-se o direito de devolver, no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, do contrato e das regulamentações da ANP.

7.4 O transporte de todo o material será de inteira responsabilidade da Contratada.

7.5 Gás Liquefeito de Petróleo – recarga de botijão de gás de cozinha, com composição básica de propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13, deverá ser entregue nos seguintes locais:

| ITEM 01 | | |
|---|---|---------------------------|
| Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 na Secretaria e seus anexos | | |
| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Praça dos GirassóisS/N, Plano DiretorNorte - Palmas/TOCEP: 77001-910 Telefone: (63) 3218-1400 | 60 |
| ALMOXARIFADO CENTRAL | Quadra 206 Norte, AV. NS 08, Quadra23, Lote 03- Palmas/TO CEP: 77065-600 Telefone: (63) 3218-6109/3218-1412 | 36 |
| CAEE | Quadra 403 Sul, Rua NE 3, Lote 25,Plano Diretor Norte - Palmas/TO Telefone: (63) 3218-6118 | 14 |
| Anexo I (Azulão) | Quadra 103 Sul, Rua SO 1, 8- Plano Diretor Sul, Palmas-TO, 77015-014 | 14 |
| MADRE BELEM – ANEXO III | Quadra 604 Sul Alameda 6, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77022038 | 14 |
| SEDE DOS CONSELHOS | Av. Lo 09, Lote 14ª Quadra ARSO 33 (307 Sul), Plano Diretor Sul Palmas –TO | 14 |

| ITEM 02 | | |
|--|---|---------------------------|
| Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 nas Superintendências regionais de educação por todo o Estado. | | |
| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE | Av. dos Engenheiros, nº 337 – Jardim Paulista Araguaína/TO CEP: 77809-320 | |





| | | |
|---|--|----|
| EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA/TO | Telefone: (63)3411-5030 | 36 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS/TO | Rua Quintino Bocaiúva, n° 748, Setor Central – Araguatins/TO. CEP:77950-000 Telefone: (63)3474-4000 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARRAIAS/TO | Praça Madre Anastásie, s/n, Centro – Arraias/TO CEP:77330-000 | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE COLINAS DO TOCANTINS/TO | Praça 07 de Setembron° 1383, Centro – Colinas do Tocantins/TO CEP: 77760-000. Telefone: (63) 3476-7402 | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE DIANÓPOLIS/TO | Rua Padre Luso, s/n, Centro Dianópolis/TO CEP: 77300-000 Telefone: (63) 3952-2301 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUARÁ/TO | Av. JK, n° 2821, Setor Universitário Guarai/TO CEP: 77700-000 Telefone: (63) 3464-8002 | 12 |
| DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GURUPI/TO | Av. Mato Grosso, n° 1788, Setor Central Gurupi/ TO CEP: 77403-020 Telefone: (63) 3612-7200 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS/TO | Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro Miracema do Tocantins/TO CEP: 77650-000 Telefone: (63) 3929-3003 | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS/TO | Av. Joaquim TeotônioSegurado Quadra 501 Sul, Conj.01, Lote 15. Plano Diretor Sul -Palmas/TO CEP: 77016-002. Telefone: (63) 3218-6141 | 36 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS/TO | Av. 7 de Setembro, s/n Centro - Paraíso do Tocantins/TO CEP:77600-000. Telefone: (63)3904- | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PEDRO AFONSO/TO | Rua Constâncio Gomes, n° 329 Centro – Pedro Afonso/TO CEP: 77710-000. Telefone: (63) 3466-2413 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO | Av. Luiz Leite Ribeiro, s/n, Setor Aeroporto Porto Nacional/TO. CEP: 77500-000. Telefone: (63) 3363-8100 | 24 |





| NACIONAL/TO | | |
|--|--|----|
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE TOCANTINÓPOLIS/TO | Rua do Normal, nº 184, Centro – Tocantinópolis/TO CEP: 77900-000. Telefone: (63) 3471-7000 | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE TOCANTINÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 15 |
| JOGOS ESTADUAIS DE COLINAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUAINA/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 24 |
| JOGOS ESTADUAIS DE GUARAÍ/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE DIANÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 10 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUATINS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE MIRACEMA/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 06 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARRAIAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 06 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PORTO NACIONAL/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |

ITEM 03

Vasilhames 13 KG – Aquisição de Botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP). Especificação: botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP): material chapa aço. Capacidade 13 kg

| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
|------------------------|---|---------------------------|
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Praça dos Girassóis S/N, Plano Diretor Norte - Palmas/TO CEP: 77001- 910 Telefone: (63) 3218-1400 | 20 |

ITEM 04

Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha P45, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em cilindro de 45kg, para atender jogos escolares em Gurupi, Palmas, Tocantinópolis, Dianópolis, Paraíso, Pedro Afonso e Araguatins. Capacidade 45kg.

| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
|--------------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| JOGOS ESTADUAIS DE GURUPI/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 14 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PALMAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 20 |
| JOGOS ESTADUAIS DE TOCANTINÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 05 |
| JOGOS ESTADUAIS DE DIANÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 04 |



| | | |
|--|----------------------------|----|
| JOGOS ESTADUAIS DE PARAÍSO/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PEDRO AFONSO/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUATINS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 05 |

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Fiscalização Técnica:

a) Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).**

8.7. Atributos do fiscal técnico:

8.8. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

8.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o com informações pertinentes às suas competências;

8.8.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.8.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, determinando prazo para a regularização;

8.8.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência;

8.8.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas;



8.8.6. Fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas, conferindo as notas fiscais e as documentação exigida para o pagamento e, após o atesto, encaminhá-las ao gestor de contrato, para ratificação;

8.8.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, visando à eventual prorrogação, quando cabível;

8.8.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, nos termos do Decreto Estadual nº 6.606/2023;

8.8.9. Auxiliar o gestor do contrato na elaboração do documento comprobatório da avaliação do cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

8.9. Fiscalização Administrativa:

a) Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).**

8.10. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

8.10.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

8.10.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.10.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

8.10.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.10.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e,

8.10.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

8.11. Gestor do Contrato:

8.12. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

8.13. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).**

8.14. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu



substituto, em especial:

8.14.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

8.14.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.14.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

8.14.4. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.

8.14.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

8.14.6. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

8.14.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

8.14.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

8.14.9. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento:

a.1) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “a”, da **Lei nº 14.133/2021**

a.2) DEFINITIVO:

9.3. Os prazos para recebimento definitivo serão de **7 dias úteis**, sendo que serão **7 dias** para o prazo de entrega contados da data recebimento da ordem de entrega/fornecimento pela contratada, e **2 dias** em casos de possíveis bens rejeitados para troca.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justifi-



cada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

9.5. Liquidação:

9.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.8.1.** o prazo de validade;
- 9.8.2.** a data da emissão;
- 9.8.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.8.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 9.8.5.** o valor a pagar; e
- 9.8.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



c) Prazo de Pagamento:

9.16. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

d) Forma de Pagamento:

9.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

| CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | FONTE | ELEMENTO DE DESPESA |
|----------------------------|--------------|---------------------|
| 27.010.12.122.1100.2209 | 500.1001.101 | 3.3.90.30 |
| | | 4.4.90.52 |
| 27.010.12.368.1156.2386 | 500.1001.101 | 3.3.90.30 |

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

b) Modalidade de Licitação:

Pregão Eletrônico.

Motivação sobre a utilização do Pregão Eletrônico:

c) Procedimento Auxiliar:

Sistema de Registro de Preços. (x) Sim ou () Não.

Motivação da escolha do SRP:

Motivação da escolha do SRP:

11.2. A escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica pela necessidade de atender demandas variáveis da Administração Pública de forma ágil, eficiente e econômica. A aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame é uma contratação cuja necessidade pode oscilar conforme a realização dos eventos, tornando essencial um modelo de contratação flexível. Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o uso do SRP é cabível quando essa forma de contratação se mostra mais adequada para atender às necessidades da Administração.

11.3. O SRP permite a contratação sob demanda, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata, garantindo maior eficiência na gestão de recursos públicos e assegurando que os serviços sejam requisitados apenas quando efetivamente necessários.



11.4. Dessa forma, a Administração obtém maior controle orçamentário, evita desperdícios e otimiza o planejamento operacional, assegurando que os serviços sejam prestados de maneira eficaz e em conformidade com os princípios da economicidade e da transparência.

11.5. Conforme disposto no § 1º do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o Plano de Contratações Anual deve ser elaborado com base em uma previsão que considere a expectativa de consumo para o período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 40 da mesma lei. Dessa forma, a expectativa de consumo relacionada à Ata de Registro de Preços (ARP) deve observar o princípio da anualidade. A respeito do prazo de vigência da ARP, a Lei nº 14.133/2021 trata do tema no art. 84, estabelecendo que:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

A Ata de Registro de Preços deve respeitar o limite de vigência anual, com possibilidade de prorrogação por igual período, inclusive com a renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que:

- a) seja comprovado o preço vantajoso;
- b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;
- d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.

11.6 Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), cuja demanda pode oscilar em razão da realização de eventos e de necessidades variáveis da Administração, admite-se a possibilidade de renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, caso haja prorrogação de sua vigência.

Tal possibilidade encontra respaldo no Parecer nº 00453/2024 da Advocacia-Geral da União (AGU), ficando condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação, no momento da prorrogação, de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

II - previsão expressa da possibilidade de renovação dos quantitativos no edital e na Ata de Registro de Preços;

III - demonstração de que a renovação dos quantitativos foi considerada ainda na fase de planejamento da contratação, como medida estratégica para assegurar o atendimento contínuo e adequado das demandas durante a vigência da Ata;

IV - realização da prorrogação da Ata e, consequentemente, da renovação dos quantitativos, dentro do prazo de vigência originalmente estabelecida.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Participação de Consórcios

12.2. A participação em consórcio é tratada no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou vedar tal condição no instrumento convocatório, desde que devidamente justificada.

12.3. Nesse contexto, a Administração opta pela vedação da participação de consórcios nesta licitação, justificando-se tal decisão pelos seguintes fundamentos:



I. Complexidade reduzida do objeto: O objeto da contratação apresenta baixa complexidade técnica e operacional, não demandando a atuação conjunta de múltiplas empresas para sua adequada execução, o que afasta a necessidade de formação de consórcios.

II. Simplificação do procedimento licitatório: A participação de consórcios tende a ampliar o grau de complexidade do certame, exigindo análise adicional de documentos, pactos consorciais e responsabilidades solidárias, o que pode comprometer a celeridade e a eficiência do processo licitatório.

III. Facilidade na gestão e fiscalização contratual: A execução do contrato por uma única empresa favorece o controle, o acompanhamento e a fiscalização por parte da Administração, contribuindo para maior eficiência na gestão contratual.

IV. Redução de riscos de conflitos internos: A formação de consórcios pode gerar dificuldades de coordenação e eventuais divergências entre as empresas consorciadas, o que pode impactar negativamente a execução do objeto contratado.

V. Suficiência da qualificação individual: Empresas individualmente consideradas possuem capacidade técnica, operacional e econômico-financeira suficiente para atender às exigências do edital, não sendo necessária a constituição de consórcio para o atendimento do objeto da contratação.

VI. Evitação de custos administrativos adicionais: A participação de consórcios pode implicar aumento de custos indiretos para a Administração, relacionados à análise, coordenação e fiscalização contratual, sem que haja benefício proporcional à execução do objeto.

13 . DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES;

13.1. Obrigações da Contratada:

13.1.1. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, quando da execução do fornecimento;

13.1.3. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nos locais de recebimento dos objetos fornecidos, aos regulamentos de segurança e de disciplina instituídos pela Contratante, bem como disponibilizar assistência técnica especializada para esclarecimento de dúvidas sobre o produto fornecido, incluindo orientação sobre o manuseio seguro, quando necessário;

13.1.4. Fornecer Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) de alta qualidade, conforme especificações técnicas acordadas entre as partes, dentro dos prazos e condições estipulados no Termo de Referência;

13.1.5. Realizar as entregas do GLP e dos vasilhames nos locais e prazos previamente definidos, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido, evitando atrasos que possam prejudicar as atividades da Contratante;

13.1.6. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

13.1.7. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração praticada por seus empregados nas dependências da Contratante, seja qual for a sua natureza;

13.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e demais obrigações sociais previstas na legislação vigente, obrigando-se a quitá-los na época própria, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Contratante;



13.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do produto fornecido, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.11. Cumprir, durante a vigência do contrato, todos os requisitos previstos nas Resoluções da ANP, em especial as Resoluções nº 49/2016 e/ou nº 51/2016;

13.1.12. Responsabilizar-se por todos os encargos relacionados à entrega do objeto nos endereços indicados neste Termo de Referência;

13.1.13. Fornecer os vasilhames necessários para o acondicionamento do GLP, garantindo que estejam em perfeitas condições de uso, segurança e conservação, bem como efetuar a substituição de vasilhames danificados ou vencidos, mediante solicitação da Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

13.1.14. Providenciar transporte adequado para o envio do GLP e dos vasilhames, observando rigorosamente as normas de segurança e as regulamentações aplicáveis ao transporte de produtos inflamáveis, responsabilizando-se pela integridade e conservação dos produtos até o momento da entrega;

13.1.15. Em caso de falha na entrega, descumprimento das especificações técnicas ou das condições pactuadas, providenciar, no prazo de 24 (vinte e quatro), a substituição do produto ou a regularização do fornecimento.

13.2. Obrigações da Contratante:

13.2.1. Efetuar o pagamento pelos produtos fornecidos (GLP e vasilhames), conforme as condições e prazos estabelecidos no contrato, mediante apresentação das respectivas faturas;

13.2.2. Conferir, no ato do recebimento, a quantidade, a qualidade e as condições do GLP e dos vasilhames entregues, notificando a Contratada, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em caso de divergências ou irregularidades;

13.2.3. Disponibilizar condições adequadas para o recebimento, armazenamento e manuseio do GLP e dos vasilhames, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis;

13.2.4. Garantir à equipe da Contratada acesso adequado aos locais de entrega, de modo a não criar obstáculos que possam atrasar ou comprometer o fornecimento;

13.2.5. Permitir a substituição de vasilhames danificados ou vencidos, sem ônus adicional, quando o defeito não decorrer de uso inadequado;

13.2.6. Comunicar à Contratada, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações nas necessidades de fornecimento ou eventuais imprevistos que possam impactar o cronograma de entrega;

13.2.7. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade e regularidade do fornecimento;

13.2.8. Designar representante ou responsável para acompanhar a execução do contrato, servindo como interlocutor junto à Contratada para tratar de assuntos relacionados ao fornecimento, entregas e ajustes operacionais.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 6.606, de 2023, o Contratado que:

I) der causa à inexecução parcial do contrato;

II) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcio-



namento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) der causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas ii, iii, e vii do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas viii, ix, x, xi, xii do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas ii, iii, vii, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021)

d) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021)



14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (art. 324 do Decreto nº 6.606/2023).

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

14.10. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria-Geral do Estado, para que promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (§2º do art. 326 do Decreto nº 6.606/2023, Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

14.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Tocantins, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos (§2º, do art. 321 do Decreto nº 6.606/2023).

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração



administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão devidamente fundamentada.

15.2. A prorrogação da vigência não ocorrerá de forma automática, devendo ser previamente analisada pela Administração quanto ao interesse público e à manutenção das condições mais vantajosas.

15.3. O Termo de Contrato poderá estabelecer regras complementares acerca da vigência e eventual prorrogação da contratação.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

17.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.3. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021](#).

17.4. Para a **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, a empresa deverá apresentar:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.

a.1) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

b) Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

17.5. Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:

a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

17.6. Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, apresentar:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

a.2) O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

b) Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.



c) Apresentar comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no TR e Edital.

d) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =; Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

SG =; Ativo Total; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

LC =; Ativo Circulante; Passivo Circulante.

d.1) As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de **2% do valor estimado da contratação** ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

d.2) As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo **de 2% do valor estimado da contratação**, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

17.7. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA.

17.8. Da motivação quanto a exigência de qualificação técnica:

17.9. A exigência de atestado de capacidade técnica em processos licitatórios, como no caso do Pregão Eletrônico objeto deste Termo de Referência, tem como fundamento principal assegurar que os licitantes possuam a experiência e a competência necessárias para a execução satisfatória do objeto contratado. Esta medida é fundamental para garantir a qualidade, a eficiência e a segurança nas aquisições/serviços realizadas pela administração pública.

17.10. A justificativa para a exigência de atestados de qualificação técnica é necessária para corroborar a legalidade e a legitimidade do certame, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Esse artigo estabelece que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deve ser restrita a elementos que comprovem a capacidade do licitante para executar o contrato, como atestados de responsabilidade técnica e certidões emitidas por conselhos profissionais competentes.

10.11. A obrigatoriedade de apresentação de atestados de capacidade técnica visa prevenir contratações inadequadas, protegendo a administração pública contra o risco de inexecução ou execução defeituosa do contrato. No contexto específico do objeto deste Termo de Referência é a garantia de que os fornecedores possuem experiência comprovada e capacidade técnica adequada, como também é essencial para assegurar a qualidade dos produtos/serviços fornecidos e o atendimento aos padrões evitando, assim, prejuízos à administração pública.

10.12. Portanto, a justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica no Pregão Eletrônico em questão é respaldada pela necessidade de garantir a qualidade dos produtos/serviços adquiridos, a segurança dos consumidores e a eficiência na execução contratual, em conformidade com as diretrizes legais e as recomendações que estão sendo feitas em outros processos licitatórios da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins.

17.13. Da motivação quanto a qualificação econômico-financeira:

17.14. O índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) que serão consignados no Edital não afrontam o disposto no art. 18, inciso IX, e art. 69 da Lei nº 14.133, de



2021, uma vez que se justificam na necessidade de se estabelecer parâmetros claros e objetivos que deem suporte à avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes que eventualmente venham a ser contratados para o fornecimento do objeto licitado no Pregão. Para, além disso, pontua-se quanto a definição do índice, considerou não apenas a complexidade do objeto a ser licitado, mas vislumbrou-se também a razoabilidade de ser exigido um índice cujo maior número possível de empresas consiga comprová-lo, independente do seu porte de enquadramento (MEI, ME, EPP, etc).

17.15. Cabe ressaltar que o índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento em curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

17.16. Já o índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa em longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas em longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

17.17. Por fim, o índice de solvência tem por finalidade verificar se a empresa terá condições de adimplir todos os seus compromissos financeiros sem comprometer a boa qualidade da execução contratual. Dessa forma, a avaliação periódica dos índices de solvência é imprescindível para a determinação da “saúde fiscal” da empresa. Assim, a solvência demonstra à Administração Pública que a empresa possui capacidade de adimplir fielmente os encargos contratuais que vierem a ser assumidos.

17.18. Relevante registrar que, as contratações públicas precisam ser eficientes para atendimento ao interesse público envolvido. Uma das formas para atender tal objetivo é a contratação de empresas que apresentem saúde financeira suficiente a pelo menos se ter indícios que possam cumprir as exigências da contratação. Aliás, toda a estrutura da presente contratação atende aos princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público e da igualdade, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, que estabelece que suas ações devam estar em conformidade com a legislação vigente, e é o que ocorre no caso em tela.

17.19. Assente no exposto, ressalta-se que os índices contábeis entabulados no Termo de Referência são similares aqueles usualmente fixados nas licitações da Secretaria da Educação – Seduc, quando da contratação de objetos similares. Novamente repisa-se que, as exigências de habilitação visam à garantia de cumprimento das obrigações da contratação, de modo a dirimir eventuais riscos no decorrer na execução da contratação que venha a ser avençada. No mais, as contratações públicas devem ser entendidas como um conjunto de elementos, não podendo simplesmente se pensar apenas em “ampliar a competitividade” em detrimento da garantia de execução futura. Aliás, isso poderá gerar uma maior insegurança de atendimento ao interesse público futuramente, de mais provável possibilidade de frustração.

18. DA CONSOLIDAÇÃO E VALIDAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas disposições do Estudo Técnico Preliminar constante nos autos, nos termos da alínea “b”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Em conformidade com as disposições da Lei Federal 14.133/2021 que trata das Licitações e Contratos administrativos e Decreto Estadual nº 6.606/2023 que regulamenta a epígrafada Lei Fe-



deral no âmbito do Governo do Estado do Tocantins, declara-se consolidado e validado o presente Termo de Referência pelos seguintes partícipes:

[Assinatura digital]

Renan Gomes Barbosa

Assessora Técnica da Gerência de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência.

[Assinatura digital]

Andréa Maria Silva Costa

Diretora de Planejamento, Estudos e Projetos

[Assinatura digital]

Júlia Alves Gomes

Diretora de Administração

[Assinatura digital]

Jheine Cleislane Alves Martins

Gerente de Compras

[Assinatura digital]

Fernanda Soares Mendes

Superintendente de Administração, Infraestrutura e Obras.

(Assinatura Digital)

Jaciene Moreira Marcelino

Gerente de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência.

APROVO, observados os aspectos legais, formais e éticos, nos termos do Decreto nº 6.606/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Estadual do Tocantins.

[Assinatura digital]

Celestina Maria Pereira de Souza

Secretária de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Educação - Seduc/TO, em Palmas/Tocantins, aos 06 dias do mês de Maio de 2026.



ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026

PROCESSO: XXXXXXXXXXXX

O Estado do Tocantins, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.053.083/0001-08, com sede na Praça dos Girassóis, Centro, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, neste ato representado pelo Senhor, xxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado pelo Ato Governamental nº xxxx, de xx de xxxxxxxx de xxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 9000X/2026, publicada no Portal Nacional de Compras Públicas em de/...../2026, processo administrativo nº xxxxxxxxxxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no DECRETO nº 6.606, de 28 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Anexos, Almoxarifado, as Superintendências Regionais de Educação e os Jogos Desportivos realizados nas Unidades Escolares, especificado(s) no(s) item(ns) xx do Termo de Referência, anexo II do Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item | Especificação | Marca / Modelo | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---------------|----------------|---------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observado a vedação contida no §8º do art. 86 da Lei 14.133/21 e ainda, os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias da Secretaria Estadual da Educação do Tocantins, e do fornecedor.

4.2. A autorização da Secretaria Estadual da Educação do Tocantins apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A Secretaria Estadual da Educação do Estado do Tocantins poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, desde que seja permitida adesão à ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para a Secretaria da Educação do Tocantins e para os participantes, conforme art. 271, §2º, inciso II do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Secretaria da Educação do Tocantins e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme art. 271, §2º, inciso III do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do §2º do art. 262 do Decreto Estadual nº 6.606/23.

4.9. Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.



5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 262 do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e o art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e



5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **Tópico 8** desta Ata.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no subitem 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. Nas alterações unilaterais realizadas pela Administração, o adjudicatário será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma disposta no art. 125 da Lei



14.133/2021.

6.1.3.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Secretaria da Educação do Tocantins, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a Secretaria da Educação do Tocantins convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Secretaria da Educação do Tocantins procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a Secretaria da Educação do Tocantins comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer à Secretaria da Educação do Tocantins a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1 desta Ata, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Secretaria da Educação do Tocantins procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no subitem 7.2.1, a Secretaria da Educação do Es-



tado do Tocantins atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3. A Secretaria da Educação do Estado do Tocantins comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Secretaria da Educação do Tocantins, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, nas hipóteses previstas nos artigos 269 e 270 do Decreto Estadual nº 6.606/ 2023 e no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/ 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Secretaria da Educação do Tocantins poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da Secretaria da Educação do Tocantins, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Secretaria da Educação do Tocantins poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Secretaria da Educação do Tocantins, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital, incluindo-se nesse rol de penalidades a sanção de impedimento de licitar e contratar, na forma das hipóteses previstas no art. 320 do Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



9.2. É da competência da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço nos termos do art. 273, inciso XII do Decreto Estadual nº 6.606/2023, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 275, inc. Parágrafo Único do Decreto Estadual nº 6.606/2023).

9.3. O órgão ou entidade que vier aderir à Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Secretaria da Educação do Tocantins qualquer das ocorrências previstas no item 8 da presente Ata, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Palmas - TO, ____ de _____ de 2026.

Fábio Pereira Vaz
Secretário de Estado da Educação
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nós da empresa _____ através do presente, declaramos cientes do Termo de Referência, anexo ____, objeto desta peça editalícia, e de que nossa proposta está de acordo com suas prerrogativas.

Declaramos ainda ciência que o não cumprimento do disposto na referida declaração incidirá nas penalidades descritas no referido edital e DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e da EXTENSÃO DAS PENALIDADES.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

DADOS DO EMPRESA LICITANTE:

Razão Social:

CNPJ/CPF :

Inscrição Estadual :

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Email

OBJETO: (descrever o objeto)

| ITEM | QTD | QTD MÍNIMA | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR GLOBAL |
|--------------------|-----|---------------|------|-----------|-------------------|-----------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| VALOR TOTAL -----> | | | | | | |

No preço ofertado estão inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo de entrega dos materiais: _____

Prazo de garantia dos materiais: _____

DECLARAÇÕES

DECLARAMOS que estamos cientes do Termo de Referência objeto desta peça editalícia e das condições para fornecimento do objeto, estando nossa proposta de acordo com suas prerrogativas.

DECLARAMOS que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

DECLARAMOS que cumprimos os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [artigos 42 a 49](#), e não celebramos, no ano-calendário da realização desta licitação, contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida



para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme estabelecido nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

(OBS: VERIFICAR O PORTE DA EMPRESA ANTES DE DECLARAR A CONDIÇÃO DE ME/EPP)

DECLARAMOS, expressamente, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental.

DECLARAMOS que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação e que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaramos ainda ciência de que o não cumprimento do disposto nesta declaração incidirá nas penalidades descritas no edital, nas seções DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES.

DADOS BANCÁRIOS

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

NOME:

CPF:

ENDEREÇO:

TELEFONE

EMAIL:

>> Esta proposta deverá ser assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil <<



ANEXO VI

SGD: 2026/27009/XXXXXX

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PROCESSO: 2026/27000/XXXXXX

**TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026,
CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

CONTRATANTE: O Estado do Tocantins, por meio da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.053.083/0001-08, com sede na Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, S/N, em Palmas, neste ato representado pela Senhora **Celestina Maria Pereira de Souza**, portador do RG nº 295.476 SSP/TO e inscrito no CPF nº 875.034.681-49, domiciliado nesta Capital, nomeado pelo Ato Governamental nº 1.628 - NM, de 1º de abril de 2026.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada, representada por sua titular, (o) Srº. XXXXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, natural de XXXXXXXXXXXXXXXX - XX, portador do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXX XXXXXXXXXXXX.

CONTATO: (XX) X XXXX-XXXX **E-mail:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DADOS BANCÁRIOS: Banco: XXXXX, **Agência:** XXXX, **Conta:** XXXXX-X

Conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2026/27000/XXXXXX**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 6.606/2023 e demais legislação aplicável, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº 90008/2026**, da **Secretaria de Educação do Estado do Tocantins**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e vasilhame visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), Anexos, Almoxarifado, as Superintendências Regionais de Educação e os Jogos Desportivos realizados nas Unidades Escolares.

1.2. Discriminação do objeto:



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: Júnia Kelly Álvares Tavares da Paixão EM 13/05/2026 13:44:03

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MARCUS ANDRÉ NOGUEIRA DA SILVA JUNIOR EM 13/05/2026 13:43:33

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: D4DD9C9C025F16D8 | SGD:2026/27009/121652

| Item | Objeto | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|---------|------------|----------------|-------------|
| 1 | Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 na Secretaria e seus anexos. | Unidade | 152 | R\$X,XX | R\$ XX,XX |
| 2 | Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 nas Superintendências regionais de educação por todo o Estado. | Unidade | 380 | R\$X,XX | R\$ XX,XX |
| 3 | Vasilhames 13 KG - Botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP). Especificação: botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP): material chapa aço, tipo gás propano butano. Capacidade 13 kg. | Unidade | 20 | R\$X,XX | R\$ XX,XX |
| 4 | Recarga de botijão de gás de cozinha P45, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em cilindro de 45kg, para atender jogos escolares em Gurupi, Palmas, Tocantinópolis, Dianópolis, Paraíso, Pedro Afonso e Araguatins. Capacidade 45kg. | Unidade | 62 | R\$X,XX | R\$ XX,XX |

1.3. Vinculam-se a este Contrato, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Matriz de Riscos;

1.3.4. A Proposta da CONTRATADA;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A Contratada fornecerá o produto de forma parcelada e mediante requisição do Gestor do Contrato, obedecendo aos prazos e às condições estabelecidas para entrega.

2.2 O prazo para entrega dos objetos será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da requisição emitida pelo Gestor do Contrato, devendo a entrega ocorrer nos locais indicados pela Administração.

2.3 O Contratante reserva-se o direito de devolver, no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com as especificações no Termo de Referência, do contrato e das regulamentações da ANP.

2.4 O transporte de todo o material será de inteira responsabilidade da Contratada.

2.5 Gás Liquefeito de Petróleo – recarga de botijão de gás de cozinha, com composição básica de propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13, deverá ser entregue nos seguintes locais:





| ITEM 01 | | |
|---|---|---------------------------|
| Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 na Secretaria e seus anexos | | |
| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Praça dos Girassóis S/N, Plano Diretor Norte - Palmas/TO CEP: 77001-910 Telefone: (63) 3218-1400 | 60 |
| ALMOXARIFADO CENTRAL | Quadra 206 Norte, AV. NS 08, Quadra 23, Lote 03- Palmas/TO CEP: 77065-600 Telefone: (63) 3218- 6109/3218-1412 | 36 |
| CAEE | Quadra 403 Sul, Rua NE 3, Lote 25, Plano Diretor Norte - Palmas/TO Telefone: (63) 3218-6118 | 14 |
| Anexo I (Azulão) | Quadra 103 Sul, Rua SO 1, 8- Plano Diretor Sul, Palmas-TO, 77015-014 | 14 |
| MADRE BELEM – ANEXO III | Quadra 604 Sul Alameda 6, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77022038 | 14 |
| SEDE DOS CONSELHOS | Av. Lo 09, Lote 14ª Quadra ARSO 33 (307 Sul), Plano Diretor Sul Palmas –TO | 14 |

| ITEM 02 | | |
|--|---|---------------------------|
| Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13 nas Superintendências regionais de educação por todo o Estado. | | |
| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA/TO | Av. dos Engenheiros, nº 337 – Jardim Paulista Araguaína/TO CEP: 77809-320 Telefone: (63)3411-5030 | 36 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS/TO | Rua Quintino Bocaiúva, nº 748, Setor Central – Araguatins/TO. CEP:77950- 000 Telefone: (63)3474-4000 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARRAIAS/TO | Praça Madre Anastásie, s/n, Centro – Arraias/TO CEP:77330-000 | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE COLINAS DO TOCANTINS/TO | Praça 07 de Setembro nº 1383, Centro – Colinas do Tocantins/TO CEP: 77760-000. Telefone: (63) 3476-7402 | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE DIANÓPOLIS/TO | Rua Padre Luso, s/n, Centro Dianópolis/TO CEP: 77300- 000 Telefone: (63) 3952-2301 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAÍ/TO | Av. JK, nº 2821, Setor Universitário Guaraí/TO CEP: 77700-000 Telefone: (63) 3464-8002 | 12 |
| DIRETORIA REGIONAL DE | Av. Mato Grosso, nº 1788, Setor Central Gurupi/ TO CEP: 77403-020 Telefone: (63) 3612- | 24 |





| | | |
|---|--|----|
| EDUCAÇÃO DE GURUPI/TO | 7200 | |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS/TO | Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro Miracema do Tocantins/TO CEP: 77650- 000 Telefone: (63) 3929-3003 | 12 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS/TO | Av. Joaquim Teotônio Segurado Quadra 501 Sul, Conj.01, Lote 15. Plano Diretor Sul - Palmas/TO CEP: 77016-002. Telefone: (63) 3218-6141 | 36 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS/TO | Av. 7 de Setembro,s/n Centro - Paraíso do Tocantins/TO CEP:77600-000. Telefone: (63)3904- | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PEDRO AFONSO/TO | Rua Constâncio Gomes, n° 329 Centro – Pedro Afonso/TO CEP: 77710-000. Telefone: (63) 3466-2413 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO NACIONAL/TO | Av. Luiz Leite Ribeiro, s/n, Setor Aeroporto Porto Nacional/TO. CEP: 77500- 000. Telefone: (63) 3363- 8100 | 24 |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE TOCANTINÓPOLIS/TO | Rua do Normal, n° 184, Centro – Tocantinópolis/TO CEP: 77900-000. Telefone: (63) 3471-7000 | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE TOCANTINÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 15 |
| JOGOS ESTADUAIS DE COLINAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUAINA/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 24 |
| JOGOS ESTADUAIS DE GUARÁ/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |
| JOGOS ESTADUAIS DE DIANÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 10 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUATINS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE MIRACEMA/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 06 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARRAIAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 06 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PORTO NACIONAL/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 12 |

ITEM 03

Vasilhames 13 KG – Aquisição de Botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP). Especificação: botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP): material chapa aço.Capacidade 13 kg



| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
|------------------------|---|---------------------------|
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Praça dos Girassóis S/N, Plano Diretor Norte - Palmas/TO CEP: 77001- 910 Telefone: (63) 3218-1400 | 20 |

| ITEM 04 | | |
|--|----------------------------|---------------------------|
| Gás Liquefeito de Petróleo - Recarga de botijão de gás de cozinha P45, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em cilindro de 45kg, para atender jogos escolares em Gurupi, Palmas, Tocantinópolis, Dianópolis, Paraíso, Pedro Afonso e Araguatins. Capacidade 45kg. | | |
| LOCAL | ENDEREÇO | ESTIMATIVA DE GÁS POR ANO |
| JOGOS ESTADUAIS DE GURUPI/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 14 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PALMAS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 20 |
| JOGOS ESTADUAIS DE TOCANTINÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 05 |
| JOGOS ESTADUAIS DE DIANÓPOLIS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 04 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PARAÍSO/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE PEDRO AFONSO/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 07 |
| JOGOS ESTADUAIS DE ARAGUATINS/TO | LOCAL DOS JOGOS, À DEFINIR | 05 |

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão devidamente fundamentada.

3.2. A prorrogação da vigência não ocorrerá de forma automática, devendo ser previamente analisada pela Administração quanto ao interesse público e à manutenção das condições mais vantajosas.

4. CLÁUSULA QUARTA

4.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ X.XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX)**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria da Educação:



Classificação Orçamentária: 27.010.12.122.1100.2209 e 27.010.12.368.1156.2386

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 e 4.4.90.52

Fonte: 500.1001.101

Nota de Empenho: 2026NEXXXXXX

Data do empenho: XX/XX/26

6. CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. Recebimento:

a) Definitivo:

6.2. Os prazos para recebimento definitivo serão de 7 dias úteis, sendo que serão 7 dias para o prazo de entrega contados da data recebimento da ordem de entrega/fornecimento pela contratada, e 2 dias em casos de possíveis bens rejeitados para troca.

6.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

b) Liquidação:

6.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.5. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.6.1. o prazo de validade;

6.6.2. a data da emissão;

6.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.6.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.6.5. o valor a pagar; e

6.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de Abril de 2018).

6.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

c) Prazo de Pagamento:

6.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

d) Forma de Pagamento:

6.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. O pedido de reajuste deverá ser analisado pela Administração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo da solicitação devidamente instruída, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa.



8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. CLÁUSULA NONA - MODELOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1. A contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Estadual nº 6.606/2023, que regulamenta, no âmbito do Estado do Tocantins, as disposições da nova Lei de Licitação e Contratos, bem como pelas demais normas aplicáveis à espécie.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre a contratante e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa fornecedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da fornecedora, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Fiscalização Técnica:

9.6.1. Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no Termo de Referência, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).

9.7. Atributos do fiscal técnico:

9.7.1. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

9.7.2. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

9.7.3. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.7.4. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

9.7.5. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

9.7.6. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

9.7.7. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o



atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

9.7.8. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

9.7.9. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23; e

9.7.10. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

9.8. Fiscalização Administrativa:

9.8.1. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).

9.8.2. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

9.8.3. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

9.8.4. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

9.8.5. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

9.8.6. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.8.7. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23; e,

9.8.8. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

9.9. Gestor do Contrato:

9.9.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

9.9.2. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).



9.9.3. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

9.9.4. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

9.9.5. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.9.6. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

9.9.7. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.

9.9.8. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

9.9.9. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

9.9.10. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

9.9.11. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

9.9.12. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n o 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento pelos produtos fornecidos (GLP e vasilhames), conforme as condições e prazos estabelecidos no contrato, mediante apresentação das respectivas faturas;

10.2. Conferir, no ato do recebimento, a quantidade, a qualidade e as condições do GLP e dos vasilhames entregues, notificando a Contratada, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em caso de divergências ou irregularidades;

10.3. Disponibilizar condições adequadas para o recebimento, armazenamento e manuseio do GLP e dos vasilhames, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis;

10.4. Garantir à equipe da Contratada acesso adequado aos locais de entrega, de modo a não criar obstáculos que possam atrasar ou comprometer o fornecimento;

10.5. Permitir a substituição de vasilhames danificados ou vencidos, sem ônus adicional, quando o



defeito não decorrer de uso inadequado;

10.6. Comunicar à Contratada, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações nas necessidades de fornecimento ou eventuais imprevistos que possam impactar o cronograma de entrega;

10.7. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade e regularidade do fornecimento;

10.8. Designar representante ou responsável para acompanhar a execução do contrato, servindo como interlocutor junto à Contratada para tratar de assuntos relacionados ao fornecimento, entregas e ajustes operacionais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;

11.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, quando da execução do fornecimento;

11.3. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nos locais de recebimento dos objetos fornecidos, aos regulamentos de segurança e de disciplina instituídos pela Contratante, bem como disponibilizar assistência técnica especializada para esclarecimento de dúvidas sobre o produto fornecido, incluindo orientação sobre o manuseio seguro, quando necessário;

11.4. Fornecer Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) de alta qualidade, conforme especificações técnicas acordadas entre as partes, dentro dos prazos e condições estipulados no Termo de Referência;

11.5. Realizar as entregas do GLP e dos vasilhames nos locais e prazos previamente definidos, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido, evitando atrasos que possam prejudicar as atividades da Contratante;

11.6. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

11.7. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração praticada por seus empregados nas dependências da Contratante, seja qual for a sua natureza;

11.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.9. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e demais obrigações sociais previstas na legislação vigente, obrigando-se a quitá-los na época própria, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Contratante;

11.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do produto fornecido, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.11. Cumprir, durante a vigência do contrato, todos os requisitos previstos nas Resoluções da ANP, em especial as Resoluções nº 49/2016 e/ou nº 51/2016;

11.12. Responsabilizar-se por todos os encargos relacionados à entrega do objeto nos endereços indicados no Termo de Referência;

11.13. Fornecer os vasilhames necessários para o acondicionamento do GLP, garantindo que estejam em perfeitas condições de uso, segurança e conservação, bem como efetuar a substituição de vasilhames danificados ou vencidos, mediante solicitação da Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.14. Providenciar transporte adequado para o envio do GLP e dos vasilhames, observando



rigorosamente as normas de segurança e as regulamentações aplicáveis ao transporte de produtos inflamáveis, responsabilizando-se pela integridade e conservação dos produtos até o momento da entrega;

11.15. Em caso de falha na entrega, descumprimento das especificações técnicas ou das condições pactuadas, providenciar, no prazo de 24 (vinte e quatro), a substituição do produto ou a regularização do fornecimento.

11.16. É responsável pela execução integral do objeto do contrato, respondendo por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual.

11.17. Responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não havendo vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

11.17. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

11.18. Deverá assegurar a qualidade, conformidade e segurança do objeto contratado, observando as normas legais e técnicas aplicáveis.

11.19. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste contrato.

11.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos revistas na legislação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 6.606, de 2023, o Contratado que:

I) der causa à inexecução parcial do contrato;

II) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) der causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas ii, iii, e vii do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);



c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas viii, ix, x, xi, xii do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas ii, iii, vii, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (art. 324 do Decreto nº 6.606/2023).

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do



direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

12.10. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria Geral do Estado, para que promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (§2º do art. 326 do Decreto nº 6.606/2023, Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

12.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Tocantins, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos (§2º, do art. 321 do Decreto nº 6.606/2023).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. O prazo de garantia do objeto é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo de cada fornecimento, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável subsidiariamente às relações de fornecimento.

14.2. Caso o prazo de garantia legal ou contratual do produto fornecido seja inferior ao estabelecido no Termo de Referência, a Contratada deverá assegurar a complementação da garantia pelo período restante, de modo a totalizar os 12 (doze) meses previstos.

14.3. A garantia tem por finalidade assegurar que o Gás Liquefeito de Petróleo – GLP e, quando aplicável, os vasilhames fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, às normas de segurança e aos padrões de qualidade exigidos, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

14.4. Não há necessidade de assistência técnica periódica, considerando que o objeto da contratação consiste em fornecimento de bem de consumo comum, cuja utilização não demanda suporte técnico especializado.

14.5. Não há necessidade de manutenção preventiva ou rotineira, ficando a garantia limitada exclusivamente à substituição de produtos ou vasilhames que apresentem vício, defeito de fabricação, não conformidade com as especificações técnicas ou desconformidade com as normas de segurança aplicáveis.



14.6. Uma vez notificada por e-mail, a Contratada deverá realizar a retirada do produto ou vasilhame nas dependências da SEDUC-TO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Após a retirada, deverá proceder à substituição do objeto no mesmo prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da retirada.

14.7. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

14.8. Na hipótese de prorrogação, a Contratada deverá assegurar o fornecimento substitutivo equivalente, de especificação igual ou superior, garantindo a continuidade das atividades administrativas durante o período necessário à regularização.

14.9. A garantia abrangerá, quando aplicável, a substituição corretiva do produto ou vasilhame pela Contratada, em relação a vícios, defeitos de fabricação e/ou desconformidades, conforme indicado na proposta e aprovado pela SEDUC-TO, observada a logística definida pela Administração.

14.10. Todos os custos relacionados à retirada, substituição, transporte e redistribuição dos produtos cobertos pela garantia serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual vinculada ao objeto possui vigência própria, podendo ultrapassar o período contratual. O descumprimento das condições previstas neste item, ainda que após o término da vigência do contrato, poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. A Matriz de Risco, anexada aos autos, é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, consequentemente, os objetivos estratégicos do empreendimento.

15.2. Nesse contexto a CONTRATADA é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

15.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do contrato que não são de sua alçada, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

15.4. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a Matriz de Risco.

15.5. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.

15.6. Da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

15.6.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

15.6.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade no contrato.

15.6.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

17.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 6º, 7º, 11º, 14º, 46º e 48º da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

17.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

17.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

17.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, aquela será realizada após prévia aprovação do ESTADO DE TOCANTINS, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

17.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o ESTADO DE TOCANTINS está exposto.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.2.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



18.2.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.2.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.2.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.3.3. Indenizações e multas.

18.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

18.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

18.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

18.7. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

18.8. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

18.8.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

18.8.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplimento, até que a situação seja regularizada.

18.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

18.10. O contratante poderá ainda:

18.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

18.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

18.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscali-



zação ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 91, 107, 124 inc. I, art. 125 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

19.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 inciso I da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Capital do Estado do Tocantins - Vara da Fazenda Pública, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes CONTRATANTES.

Palmas/TO, XX de XXXXX de 2026.

Celestina Maria Pereira de Souza
Secretária de Estado da Educação.
Contratante

XXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXXXX
XXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXX.
Contratada

